



SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA
SUBCOMITÊ PERMANENTE DE ZELADORIA URBANA

ATA DE REUNIÃO Nº 62
SUBCOMITÊ PERMANENTE DE ZELADORIA URBANA
Realizada no dia 29 de julho de 2026

Data: 29 de julho de 2026

Horário de início: 14h59 às 17h41

Duração: 1h57m11s

Modalidade: Reunião virtual (aberta para todos).

Pauta principal: Relatório de Zeladoria Urbana referente a maio de 2026, denúncias relacionadas às ações de zeladoria urbana, processos formativos, articulação intersecretarial, atribuições institucionais e encaminhamentos.

Participantes representantes de Governo;

José Durval Aguiar Junior (SMDHC), Beatriz Clemente (Fórum da cidade de São Paulo), Vanessa (SMADS), Sheila Marcolino (CENTRO GASPAR GARCIA), Thiago Fijos (SME), Gildo José (SMDHC), Érico (SMSUB).

Participantes da Sociedade Civil;

Glauber, Natalia, Roberta Cristina, Amanda, Felipe Fernandes, Roseli Kraemer (Fórum da cidade), Damiso, Priscila (RECIFRAN), Julia Carvalho, Marcelo Pedro.

1. ABERTURA

José Durval Aguiar Junior iniciou os trabalhos informando que a reunião não exigia quórum mínimo e propôs a organização das manifestações mediante inscrição e estabelecimento de tempo de fala, com a finalidade de assegurar participação equilibrada entre os presentes. Após breve discussão, ficou definido o tempo de **três minutos para cada manifestação**.

Também esclareceu que os documentos apresentados seriam disponibilizados integralmente aos membros eleitos do Comitê Pop Rua, sendo priorizados, durante a reunião, os principais apontamentos necessários ao debate e aos encaminhamentos.

2. APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DE ZELADORIA URBANA – MAIO DE 2026

Vanessa Correia Gomes apresentou o Relatório de Zeladoria Urbana referente ao mês de maio de 2026, esclarecendo que concentraria sua

exposição no diagnóstico territorial e nos principais apontamentos dos relatórios encaminhados pelos SEAS.

Em síntese, foram destacadas situações envolvendo ausência ou insuficiência de comunicação prévia das ações de zeladoria; divergências entre cronogramas informados e ações efetivamente realizadas; recolhimento de documentos, pertences, alimentos, barracas e outros bens; relatos de agressões e uso de agentes químicos; prejuízos à vinculação das equipes socioassistenciais com a população em situação de calçada; necessidade de maior articulação entre zeladoria, assistência social e segurança pública; e experiências positivas de encaminhamento e atendimento em determinados territórios.

Foram apontadas ocorrências consideradas mais graves em **Belém, Campo Limpo, Capela do Socorro/Parelheiros, Cidade Ademar e Santo Amaro**, entre outras regiões. O relatório também registrou boas práticas em territórios como Aricanduva, Pinheiros e Penha.

Nas considerações gerais, Vanessa ressaltou que a ausência de cronogramas prévios deixou de representar situação pontual e passou a demonstrar um problema estrutural de articulação intersetorial. Também foram reiterados registros de possíveis violações de direitos, recolhimento de documentos e pertences e utilização excessiva da força.

Vanessa informou, ainda, que os dados de junho estavam em elaboração e que seria possível realizar posteriormente uma análise comparativa do semestre para verificar eventual evolução dos territórios que apresentaram maiores dificuldades.

Considerações Estruturais Gerais:

1. **Descumprimento de Fluxo:** A omissão no envio de cronogramas com 72 horas de antecedência configurou um gargalo institucional reincidente em regiões como Belém, Capela do Socorro e Santo Amaro.
2. **Violação de Direitos:** Foram mantidos registros persistentes de condutas abusivas, uso desmedido de força e apreensão de documentos em Cidade Ademar, Santo Amaro, Campo Limpo e, com gravidade severa, na operação de 5 de maio em Belém.

3. MANIFESTAÇÕES DOS PARTICIPANTES

Damiso Faustino avaliou positivamente a apresentação do relatório, destacando que o documento evidencia problemas recorrentes de articulação entre as políticas públicas e secretarias envolvidas nas ações de zeladoria. Considerou que os registros podem subsidiar questionamentos e providências posteriores.

Também abordou denúncias formalizadas por meio de ofícios relacionados às Subprefeituras da Mooca e da Sé e questionou a ausência ou insuficiência das respostas apresentadas. Destacou, ainda, a importância da retomada dos processos formativos destinados aos agentes envolvidos nas ações de zeladoria urbana e segurança pública.

Em manifestação posterior, Damiso reforçou que os processos formativos devem ocorrer de forma **periódica**, especialmente em razão da rotatividade das equipes de zeladoria. Defendeu que as formações alcancem prioritariamente lideranças, comandos e responsáveis operacionais, que possuem capacidade de orientar as equipes e prevenir violações.

Ao final, sugeriu que conselheiros e conselheiras do Comitê PopRua, especialmente pessoas com experiência e trajetória relacionadas à população em situação de calçada, também possam contribuir para a construção e realização das formações.

Roberta Cristina Paulino Maia sugeriu que os relatórios mensais sejam produzidos de maneira mais objetiva e que, ao final do ano, seja elaborado documento consolidado que permita analisar a evolução das ações.

Também propôs a estruturação de um **fluxo para recebimento, sistematização e encaminhamento das denúncias**, de modo a identificar locais, frequência, natureza das ocorrências e órgãos envolvidos, possibilitando melhor dimensionamento das situações relatadas.

Quanto às formações, informou que foram realizadas atividades em 2023 e 2024, mencionando dificuldades de adesão das subprefeituras e de participação das áreas de segurança pública. Ressaltou a necessidade de encontrar mecanismos capazes de ampliar a participação efetiva dessas equipes.

Júlia Carvalho Ferreira Barbosa Lima destacou a importância dos relatórios individualizados por território, considerando que permitem acompanhar continuamente as ações e identificar situações recorrentes de descumprimento das normas relativas à zeladoria urbana.

Relatou dificuldades na obtenção de respostas satisfatórias aos ofícios encaminhados e defendeu maior responsabilização e participação dos órgãos competentes nas discussões do Subcomitê.

Também enfatizou a necessidade de retomada urgente dos processos formativos, sugerindo prioridade aos territórios com maior número ou gravidade de denúncias, especialmente **Sé e Mooca**, e participação das equipes de zeladoria e da Guarda Civil Metropolitana.

Posteriormente, apresentou proposta para que SMDHC e SMSUB articulem a retomada das formações; para que as denúncias formalizadas recebam devolutiva; e para que seja reforçada a participação da Secretaria Municipal de Segurança Urbana nas reuniões do Subcomitê.

Júlia também registrou que a convocação daquela reunião havia sido recebida com apenas um dia de antecedência e solicitou atenção ao prazo das futuras convocações. Josué reconheceu que o envio havia ocorrido fora do prazo adequado.

Beatriz Clemente manifestou preocupação com os relatos de violência envolvendo pessoas em situação de calçada e agentes de segurança pública. Considerou urgente a retomada das formações e solicitou respostas mais efetivas quanto às providências adotadas diante das denúncias.

Ressaltou que o papel do Comitê não deveria limitar-se à discussão dos problemas, sendo necessário acompanhar o efetivo cumprimento das normas e das medidas destinadas à proteção da população em situação de calçada.

Érico, representante da **Secretaria Municipal das Subprefeituras – SMSUB**, esclareceu que a Secretaria atua na articulação com as 32 subprefeituras e no encaminhamento das demandas recebidas aos órgãos competentes. Informou que, segundo seus registros, houve formação em **2024**, esclarecendo que as tratativas para novas atividades formativas foram iniciadas, porém ainda necessitavam de definição quanto à forma de implementação. Sobre os ofícios discutidos na reunião, informou inicialmente não ter tido acesso direto aos documentos e se comprometeu a verificar internamente sua tramitação. Ressaltou que determinadas ocorrências envolvendo agentes da Guarda Civil Metropolitana ou outras forças de segurança devem ser encaminhadas também aos respectivos órgãos responsáveis. Diante da solicitação para estabelecimento de prazo específico para resposta aos ofícios, informou não possuir condições de assumir pessoalmente compromisso institucional naquele momento, mas declarou que verificaria a situação com as áreas responsáveis e que os documentos seriam respondidos dentro da tramitação pertinente. Quanto à solicitação de apoio para viabilizar as formações junto às subprefeituras, informou que a demanda seria levada para análise e articulação interna.

Roseli Kraemer destacou a necessidade de compartilhamento prévio das agendas de zeladoria, possibilitando maior acompanhamento das ações pelos integrantes do Subcomitê e pelas redes de proteção. Defendeu maior articulação entre Município, Estado e demais políticas públicas para acompanhamento das ações nos territórios, especialmente nas regiões periféricas. Também chamou atenção para a situação das **mulheres em situação de calçada** e para a necessidade de que os processos formativos contemplem questões relacionadas à proteção das mulheres e às diferentes formas de violência. Roseli mencionou, ainda, dificuldades enfrentadas por pessoas que utilizam carroças e outros instrumentos como meios de trabalho e geração de renda, defendendo a revisão de procedimentos e cobranças relacionados à restituição desses bens.

Roberta Cristina Paulino Maia sugeriu que os relatórios mensais sejam produzidos de maneira mais objetiva e que, ao final do ano, seja elaborado documento consolidado que permita analisar a evolução das ações. Também propôs a estruturação de um **fluxo para recebimento, sistematização e encaminhamento das denúncias**, de modo a identificar locais, frequência, natureza das ocorrências e órgãos envolvidos, possibilitando melhor dimensionamento das situações relatadas. Quanto às formações, informou que foram realizadas atividades em 2023 e 2024, mencionando dificuldades de adesão das subprefeituras e de participação das áreas de segurança pública. Ressaltou a necessidade de encontrar mecanismos capazes de ampliar a participação efetiva dessas equipes.

4. DENÚNCIAS – SUBPREFEITURAS DA MOOCA E DA SÉ

Na sequência, foram apresentados e debatidos ofícios relacionados a denúncias de ações de zeladoria urbana ocorridas nos territórios das Subprefeituras da **Mooca e da Sé**.

Em relação à **Mooca**, foi relatado episódio envolvendo recolhimento de carroça e pertences de pessoas em situação de calçada, inclusive documentos e aparelho celular, tendo os bens sido recuperados posteriormente. O ofício apresentou questionamentos quanto aos motivos do recolhimento, armazenamento e devolução dos pertences; comunicação prévia das ações; participação da GCM; e realização de processos formativos.

Em relação à **Sé**, foram apresentados registros audiovisuais e questionamentos relativos ao recolhimento de pertences e à atuação da Guarda Civil Metropolitana, incluindo relatos sobre utilização de spray de pimenta.

O Subcomitê discutiu a necessidade de apuração das ocorrências pelos órgãos competentes e de resposta aos questionamentos formalizados.

5. PROCESSOS FORMATIVOS

Houve consenso quanto à necessidade de retomada e fortalecimento dos processos formativos destinados aos agentes envolvidos nas ações de zeladoria urbana.

Foi registrado que existem informações divergentes acerca da última formação realizada, mencionando-se inicialmente 2023 e, posteriormente, registros de atividades ocorridas em 2024. A própria Coordenação reconheceu a necessidade de verificar e consolidar essas informações.

Os participantes ressaltaram que as formações devem possuir caráter periódico, considerando a rotatividade das equipes, e contar com participação das subprefeituras, equipes de zeladoria, Guarda Civil Metropolitana e demais órgãos envolvidos.

Também foi defendida a participação de **pessoas com trajetória de situação de calçada** e de conselheiros com experiência na temática, como estratégia de sensibilização e qualificação das formações. Júlia registrou que essa participação já havia sido priorizada em atividades formativas realizadas entre 2016 e 2024.

6. ENCAMINHAMENTOS

Após as manifestações, ficaram registrados, em síntese, os seguintes encaminhamentos:

1. **Retomar, com prioridade, os processos formativos** relacionados às ações de zeladoria urbana, com articulação entre SMDHC, SMSUB e demais órgãos competentes.
2. Priorizar inicialmente os territórios com denúncias mais graves ou recorrentes, especialmente **Sé e Mooca**.
3. Reforçar os ofícios e pedidos de esclarecimentos relativos às denúncias apresentadas e acompanhar suas respectivas respostas.
4. Solicitar manifestação da **Ouvidoria de Direitos Humanos** acerca das denúncias encaminhadas para apuração.

5. Reforçar a participação da **Secretaria Municipal de Segurança Urbana** nas próximas reuniões do Subcomitê.
6. Avaliar a criação ou aperfeiçoamento de **fluxo específico para recebimento, sistematização, acompanhamento e encaminhamento de denúncias** relacionadas às ações de zeladoria urbana.
7. Avaliar o compartilhamento prévio dos cronogramas das ações de zeladoria, permitindo acompanhamento adequado pelos órgãos e integrantes envolvidos.
8. Considerar a participação de conselheiros, especialistas e pessoas com trajetória de situação de calçada na elaboração e execução dos processos formativos.
9. Observar, nas próximas reuniões, a antecedência adequada para envio das convocações aos integrantes do Subcomitê.
10. Dar continuidade ao acompanhamento dos relatórios mensais e avaliar, posteriormente, a elaboração de **consolidado semestral ou anual**, possibilitando identificar reincidências, avanços e territórios que demandem intervenção prioritária.

Josué, registrou que o objetivo seria avançar das discussões para medidas concretas, reconhecendo a necessidade de aprimorar as articulações para retomada das formações e dar continuidade aos encaminhamentos relacionados aos ofícios e à participação dos órgãos competentes.

7. ENCERRAMENTO

Não havendo outros assuntos a tratar, **Josué** agradeceu a participação, as manifestações e as contribuições dos presentes, informando que a próxima reunião ordinária do Comitê PopRua ocorreria na semana seguinte, na Câmara Municipal, às 15 horas.

